

# Os Circuitos da Economia e as Desigualdades Sociais em Mocuba: uma Abordagem Espacial e Escalar

## Economic Circuits and Social Inequality in Mocuba: a Scalar and Spatial Approach

João Carlos Mendes Lima<sup>i</sup>

Universidade Pedagógica de Moçambique  
Maputo, Moçambique

**Resumo:** Um olhar dos espaços urbanos de Moçambique nos remete a uma investigação sobre as razões que podem influenciar as desigualdades nas formas de ocupação de solos urbanos nas cidades moçambicanas e as desigualdades sociais a elas adstritas. Este artigo tem como pressuposto pensar as relações sociais na sua dimensão espacial que influenciam as desigualdades espaciais no município de Mocuba, a segunda maior cidade da província da Zambézia. Conclui-se que a ocupação do espaço, em Mocuba, resulta da práxis das comunidades locais na sua interação com a natureza e a experiência histórica por elas vivenciadas até a atualidade, mas que tem forte influência do capital. Além disso, no município de Mocuba existe um espaço híbrido constituído pelo setor inferior e superior da economia, com as suas desigualdades que neste estudo foram abordadas a diferentes escalas.

**Palavras-chave:** Desigualdades Espaciais; Circuitos da Economia; Escala.

**Abstract:** An overview of urban space in Mozambique led to research on identifying factors which contribute to social inequality in urban land use in Mozambican cities. The present study treats the spatial dimensions of social inequality in the municipality of Mocuba, the second largest city of Zambezia Province. Urban land use in Mocuba is shown to be a product of local community praxis in its interaction with nature and historical experience as well as the strong influence of capital in which the hybrid space of Mocuba is constituted by the lower and upper circuits of the urban economy resulting in social inequality expressed at different scales.

**Keywords:** Spatial Inequalities; Economy Circuits; Scale.

### Introdução

A urbanização na Zambézia e em Mocuba em particular pode ser analisada considerando vários fatores que interagem no tempo sobre o espaço, em diferentes escalas. Esse fenômeno de expansão urbana, induzido pelo desenvolvimento econômico mer-

---

<sup>i</sup> Prof. Auxiliar da Universidade Pedagógica de Moçambique – Delegação de Quelimane, Doutorando em Geografia. E-mail: [jocarlima57@gmail.com](mailto:jocarlima57@gmail.com).

cantil, produziu e produz uma contínua ocupação das zonas periféricas que avançam rapidamente à margem do processo formal de ordenamento territorial dessas urbes.

É desse modo que as tradições, a cultura e as particularidades sociais das comunidades criam círculos de influência na produção do espaço, assim como esses fatores são influenciados pelas condições físico-naturais. Além disso, a independência nacional e a nacionalização dos prédios de rendimento acelerou o processo de urbanização. Por consequência, dificulta desenhar planos efetivos de ordenamento territorial capazes de garantir boa qualidade de vida dos seus cidadãos tendo em linha de conta os princípios da urbanidade em contraposição com os valores culturais das pessoas que a ela vêm estabelecer-se. Por outro lado, a desprivatização de imobiliárias inibiu o investimento imobiliário durante décadas, ressurgindo de forma tênue só no início deste século.

Foi utilizada a metodologia qualitativa através da análise textual qualitativa e a desconstrução de teorias de autores que abordam matérias relacionadas com a produção do espaço, já que se pretende compreender as complexas inter-relações entre tudo o que existe no objeto de estudo, contribuindo para a geração de conhecimentos e teorias sobre a urbanização em Mocuba. Para o efeito, foi utilizado o procedimento metodológico de estudo de caso, através da análise bibliográfica e de documentos. Além disso, foi efetuada a visita de campo, a observação direta, a recolha de imagens por fotografia e a entrevista a sábios. Os entrevistados foram escolhidos de forma intencional para captar histórias e experiências vivenciadas apenas por determinados indivíduos.

Um olhar dos espaços urbanos do país nos remete a uma investigação sobre as razões que podem influenciar as formas de ocupação de solos urbanos das cidades moçambicanas. Daí que o artigo parte do pressuposto de que a interação entre o local e o global gera adaptação dos sujeitos às influências de várias ordens e escalas.

O fenómeno de expansão urbana, induzido pelo desenvolvimento económico mercantil, produziu e está produzindo uma contínua ocupação das zonas periféricas que avançam rapidamente à margem do processo formal de ordenamento territorial dessas urbes estabelecidos pela postura municipal. Do mesmo modo, o processo de urbanização trouxe novos atores no jogo de relações na cidade, que nem sempre são nacionais, ou seja, vieram à cidade migrantes nacionais das zonas rurais e de outras cidades e vilas, bem como estrangeiros de várias nacionalidades, dentre elas malawiana, burundesa, nigeriana e paquistanesa.

Como se pode depreender, no processo de urbanização no município de Mocuba vão surgindo ao longo do tempo novas relações entre os atores, entre atores e espaço, bem como relações a várias escalas. É essa dimensão da sociodiversidade que se pretende captar com este artigo.

Constituem questões de partida a reflexão crítica para entender como as influências locais, com os seus ideais, se manifestam no espaço. Como a função local influencia nas demais funções e interfere no espaço? De que modo se estruturam seus espaços e se redefinem suas centralidades face às transformações recentes? Qual a dinâmica interna de vida da cidade, considerando o que é específico de Mocuba que não se assemelha a outros espaços em Moçambique? Quais os papéis que desempenha Mocuba, na qualidade de cidade média, perante os novos problemas urbanos e novas perspectivas de desenvolvimento?

O artigo contempla três pontos, sendo o primeiro a análise das influências locais que se manifestam no espaço em Mocuba, onde efetuamos uma reflexão em torno dos atores de produção do espaço no recorte temático em análise, na tentativa de demonstrar as suas especificidades. De igual modo, analisamos a estruturação dos espaços que redefinem as centralidades face às transformações recentes. O segundo versa sobre a dinâmica interna de vida da cidade para refletir em termos da dimensão cultural no urbano e como se manifesta na estruturação dos espaços considerando o que é específico de Mocuba que não se assemelha a outros espaços em Moçambique numa perspectiva escalar – do local ao global. O terceiro e último aborda as escalas espaciais e a relação tempo e espaço para responder a questão da integração do paradigma da diversidade e inclusão sem descriminar e excluir os vários atores, bem como os papéis que a cidade de Mocuba desempenha, na qualidade de cidade média, perante os novos problemas urbanos e novas perspectivas de desenvolvimento.

## **Influências Locais e Ocupação do Espaço em Mocuba**

As modernas formas de produção mercantis e de gestão induzidas pelo colonialismo, pelo Estado moçambicano e pelo grande capital têm gerado uma crescente urbanização da população e do território e, por consequência, influem na produção do espaço na Zambézia. Esse processo veio acompanhado da implantação de infraestruturas, a formatação de um mercado de trabalho e de consumo cada vez mais urbano e a implantação de grandes empreendimentos públicos e privados criando condições para a chegada de novas pessoas de várias origens na cidade. Tal mobilidade da população produziu uma estrutura territorial fundada principalmente na urbanização. Daí que o migrante (“viente”) se reproduz a partir da produção do espaço urbano para ter acesso a serviços e facilidades da cidade (emprego, consumo, educação, saúde, comunicação, energia e renda), como condição para a sua inserção no circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2009), mesmo nas localidades rurais.

As práticas e as ações dos povos locais e dos “vientes” reproduzem diferentes formas de sociabilidade (sociodiversidade), de trabalho e de organização social, cada vez mais mediadas pelo espaço urbano. Porém, em respostas diferentes (por aceitação/submissão, adaptação ou resistência), e mesmo em oposição ao processo de reprodução das relações sociais de produção, de dominação e de exploração. Surge, como resultado, um espaço híbrido (BAIA, 2009) e contraditório que porta diferentes padrões de organização e ordem, porém crescentemente urbanizado.

Além disso, a globalização que se impõe como paradigma dominante veio agregar novas espacialidades, com o surgimento da suburbanização – *urban Sprawl*<sup>1</sup> (SO; GETRELS, 1980 e HANCHETT, 2000) que se manifesta com o afastamento dos ricos do centro da cidade, por considerarem mais barulhento e mais poluído, para as áreas rurais, onde podem desfrutar de mais tranquilidade, sossego e ar mais puro.

No entanto, em Moçambique não são só os ricos que aderem a esta nova forma de ocupação do espaço. É precisamente a classe média de empregados (públicos e privados) e de empresários emergentes que procura áreas nos subúrbios para instalar as suas quintas e depois as suas residências. Ao mesmo tempo os pobres saem da cidade

“cimento”<sup>2</sup> vendendo os seus apartamentos<sup>3</sup> e vão se instalando nas zonas de expansão, situadas na periferia das urbes.

Os fluxos populacionais e a geração de empregos daí decorrente contribuem para a produção do espaço urbano no município, pois retroalimentam as atividades econômicas e ativam os fluxos migratórios do campo e das cidades menores, dinamizando a ocupação e o uso de espaço urbano.

No entanto, para o caso do município de Mocuba e da província da Zambézia a produção do espaço tem sido influenciada pela interação de vários atores dos quais se evidenciam o estado (que detém o poder e define a ordem, através da institucionalização, de leis), o capital (que implementa as estratégias para a sua manutenção e reprodução, através do sistema de plantações), os sujeitos sociais que têm o espaço como condição, meio e produto de ação (CARLOS, 2014, p. 61). Da interação destes vários atores, cada qual dando respostas diferentes às imposições da urbanicidade, é que se efetiva a produção do espaço. De fato, a implantação de infraestruturas, a formatação de um mercado de emprego e de consumo cada vez mais urbano, a implantação de grandes empreendimentos públicos (energia elétrica, caminhos de ferro, correios, telecomunicações, etc.) e privados (empresas de plantação de algodão, sisal, tabaco, etc. e as respectivas indústrias de processamento), a migração e a mobilidade da população produzem uma estrutura territorial fundada principalmente na urbanização e em rede. Portanto, o “viente” se reproduz a partir da produção do espaço urbano para ter acesso, como foi referido anteriormente, a serviços e facilidades da cidade e a partir da inserção no circuito inferior da economia urbana, para ter acesso a consumo, trabalho, educação, saúde e renda, mesmo nas localidades rurais.

A pesquisa tem como ponto de enfoque o município de Mocuba que a nosso ver possui particularidades geográficas específicas e ímpares, o que motivou a escolha deste recorte temático. De fato, Mocuba (Figura 1), “onde todos os caminhos se cruzam e Moçambique se abraça”,<sup>4</sup> possui sua dinâmica interna, mas joga uma considerável influência nos distritos periféricos que giram a sua volta.

Além disso, é a segunda maior cidade da Zambézia, com um peso na economia provincial e nacional, mas também participa na integração regional e global ao exportar e importar vários produtos. De igual modo, está num corredor nacional (Estrada Nacional número 1 – EN1), numa certa equidistância entre o Sul e o Norte.

Ademais, Mocuba é uma cidade à beira de dois rios (Licungo e Lugela), de estilo antigo e que se situa num ponto elevado, mas numa encruzilhada. Já foi objeto de um sonho Samoriano<sup>5</sup> por ser o lugar que iria induzir a industrialização do país, daí a instalação do Complexo Têxtil de Mocuba. Esteve, por muitos e longos anos, ligada por uma linha férrea com a sua testa no Porto de Quelimane (capital da Província da Zambézia) e teve a sua história.

Hoje, a cidade de Mocuba tem duas instituições de ensino médio (Instituto Médio Agrário e Instituto Politécnico da Zambézia) e igual número de instituições de ensino superior (Faculdade de Ciências Agrárias e Silvicultura da Universidade do Zambeze e o Instituto Superior Cristão), dois centros de ensino à distância conferindo grau superior (Universidade Pedagógica e Universidade Católica de Moçambique) para formação de professores do ensino secundário. Além disso, recentemente foi declarada zona especial de desenvolvimento, esperando que muito brevemente venha atrair megaprojetos. Por-

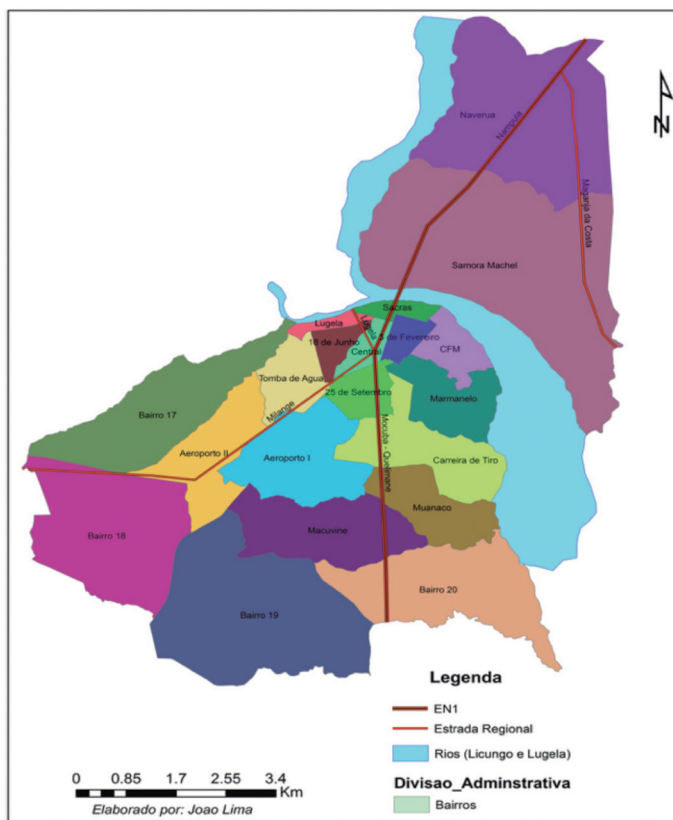


Figura 1 – Enquadramento Regional da Cidade de Mocuba.

Fonte: Conselho Municipal de Mocuba, 2005

tanto, a pesquisa procura analisar a dinâmica de vida interna na cidade de Mocuba a várias escalas (do local ao global).

Para o caso vertente, entender o urbano é necessário considerar a produção do espaço como “decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios a cada um, ora são comuns” (CORRÊA, 2012, p. 43). O mesmo que dizer que o espaço é um lugar construído pelos sujeitos durante as relações que estabelecem com a natureza. Por outras palavras, como se referiu Carlos (2012, p. 32), o espaço como “condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo ou movimento em constituição da própria sociedade [...] como relações espaçotemporais”. Mais do que isso, “o espaço como o conjunto indissociável de objetos e ações” (SANTOS, 2009). Portanto, o espaço encarado não como um substrato inerte (natureza pura), mas mais do que isso, o espaço é tradução da vida social. De fato a espacialidade interfere na vida social dos sujeitos que ocorre num dado espaço, visto que é resultado

da relação social e não pode, de modo algum, ser considerado como materialidade dinâmica (Ibid., 2009).

Deste modo, a transformação pretendida pelas pessoas da imagem futura do território que a comunidade almeja assenta nos padrões de ocupação e uso do espaço desenhado e moldado por longos anos de vivência cultural da comunidade que é transmitida de geração em geração através da tradição oral (AIKEHEA; OGAWA, 2007, p. 54) ou na relação prática com a natureza, mas que confronta-se com a situação da urbanicidade que é realizada na base do capital privado. Como se referiu Corrêa (2012, p. 43) a produção do espaço “não é resultado da ‘mão invisível do mercado’, nem de um estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital que emerge das relações sociais”. Ainda na perspectiva do mesmo autor a produção do espaço “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadores de contradições e geradoras de conflitos entre eles mesmos e com os segmentos da sociedade” (Ibid., p. 43).

Contudo, os “vientes” se deparam com dificuldades de inserção na urbanicidade, pois trazem consigo a sua forma de ver as coisas, de ocupar o espaço, de pensar e agir. Em suma, a sua cultura, que é diferente daquela que já existe e se instalou em tais cidades, que é oposta ao paradigma dominante de exclusão. De fato, para entender os conflitos entre os saberes não se pode de modo algum aceitar o que Barros (2011, p. 66) se referiu em seu texto “Cidade como forma específica de organização social e suas imagens nas ciências sociais” ao afirmar que:

[...] na transposição das ideias do evolucionismo natural para o mundo humano, abria-se a possibilidade de se pensar a cidade como uma etapa mais avançada do desenvolvimento humano, ou até a cidade especificamente ocidental como uma forma mais evoluída de urbanismo para a qual deveriam convergir historicamente formas urbanas menos elaboradas.

Essa tese mostra a forte carga do preconceito de supremacia do modelo ocidental que procura deslegitimar os outros saberes ou outras formas de produção do espaço que não seja o de cidade especificamente ocidental. Porque aí fica a dúvida – cidade como etapa mais avançada, mas mais avançada em relação a quê? Ou ainda, outras formas urbanas. Será que são mesmo menos elaboradas? Portanto, entender o urbano dessa forma é querer impor aos outros saberes que o urbanismo ocidental deve ser tomado como modelo a ser alcançado por outras civilizações, ou seja, tornar o modelo urbano ocidental como universal, mas isso é querer desqualificar os diferentes modelos urbanos de outras sociedades.

No entanto, em Mocuba, assim como em muitas outras cidades moçambicanas, vemos um dualismo na cidade, como se referiu Baia (2009, p. 9), “as imposições ou necessidades de diversa ordem perpassa a cidade inteira misturando características urbanas europeias e elementos de modo de vida africano”. Portanto, a produção do espaço urbano é conflitante com as formas das comunidades locais de ocupar e usar o espaço,

de construir as suas moradias, de exercer atividades para a sua subsistência, baseada na agricultura familiar e no comércio informal, como mostram as Figuras 2 e 3.



Figura 2 – Bairro no subúrbio de Mocuba.



Figura 3 – Comércio informal em Mocuba.

Esse modelo é completamente diferente daquele implantado na cidade, que organiza o espaço em parcelas quadriculadas, com limites rígidos de separação entre o espaço e lugar dos outros, com a construção de casas de desenvolvimento vertical, com a produção industrial, etc. As Figuras 4 e 5 mostram a forma como a parte central da cidade de Mocuba se estrutura, com ruas amplas e asfaltadas, as casas protegidas por muros de vedação.





Figura 4 – Residência unifamiliar com vedação.



Figura 5 – Av. Principal de Mocuba e muros de vedação.

De fato, a expansão mercantil desarticulou os modos de vida e de produção das comunidades nos espaços onde foi implantado, o que criou a desterritorialização (HAES-BAERT, 1994, p. 214) dos povos indígenas, que viam-se obrigados a abandonar os seus territórios para novos espaços. Assim, nos dizeres de Corrêa (1987 e 1989, apud SOUZA, 2009 p. 2-3), a “consolidação da economia de mercado e o aumento da complexidade da divisão do trabalho contribuíram para produzir maior diferenciação espacial”. Diferenciação essa que se revela pela especialização da cidade na produção industrial e o rural na produção agropecuária. De igual modo, é planejada a construção do centro da cidade e o subúrbio emerge do espontâneo e do informal. Daí que os sujeitos para



se urbanizarem têm que enveredar pela ruptura com o seu modo de vida tradicional de subsistência (des)territorialização para o moderno-mercantil, submetendo-se ou adaptando-se e/ou aceitando esse modelo imposto. Entretanto, os “vientes” (rurais e de outras cidades menores) também procuram reconstruir, como forma de valorização identitária, a identidade territorial das suas zonas de origem, a (re)territorialização (HAESBAAERT; MONDARDO, 2010, p. 35) diferentemente daquela que encontraram nas cidades para onde migraram. Ao mesmo tempo os “vientes” trazem suas territorialidades imbuídas de aspectos culturais, valores e afinidades – microterritorialidades (FORTUNA, 2012, p. 202) que também querem afirmá-las na cidade.

A realidade encontrada no município de Mocuba permite dizer que existe um confronto da territorialidade afirmada entre os valores difundidos pela modernidade com a resistência das tradições dos povos locais, fazendo com que muitos “vientes” não se adaptem à urbanidade. Quando a isso juntarmos a influência de outros povos, estrangeiros, com os seus vivenciares, espera-se que cada um desses grupos encontre a resposta que melhor achar à sociodiversidade do urbano. Assim, a interação desses diferentes atores cria espacialidades que são específicas considerando as formas diferenciadas de produção do espaço. De igual modo, geram desigualdades marcantes desses lugares, revelando a espacialidade das precariedades dos seus moradores.

A geografia dessa multiplicidade de sujeitos produz articulações em redes, de diferentes escalas, principalmente no conflito pelo parcelamento das terras tradicionais trazidas pelo planeamento territorial do município, o que promove, do outro lado, uma ação de oposição. Esta oposição, provavelmente seja devido ao fato de que a maioria de “donos de terras” mobiliza-se num contra-ataque para conter essas territorialidades alternativas e de resistência que parecem brotar formando uma rede de lugares. Assim, para entender esse conflito territorial, analisamos como (trans)territorialidades entendido como “atravessamento e imbricação territorial – não como um simples passar por, mas um estar-entre, que manifesta-se como uma relação de ‘fronteira’, nos cruzamentos e nas sobreposições de relações socioespaciais” (HAESBAAERT; MONDARDO, 2010, p. 35).

De fato, a relação de fronteira surge no decurso dos “donos de terras”, no seu circuito de poder vinculado ao complexo processo de urbanização, confrontarem-se com o movimento de resistência dos povos locais e de outros atores, olhando para a dimensão cultural. Isso envolve “não apenas o trânsito ou a passagem de uma territorialidade a outra, mas sim a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida” (Ibid., p.36).

Contudo, no município de Mocuba, os povos locais não aderem, por exemplo, à forma quadricular e construção vertical da habitação, assim como contestam o tamanho das parcelas urbanas loteadas. De fato, um olhar sobre a cidade de Mocuba é visível um “espaço dividido” (SANTOS, 2009, p. 96), onde, de um lado está o circuito inferior da economia urbana “essencialmente constituído por formas de fabricação de ‘capital não intensivo’, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e ‘não moderno’” (Ibid., 2009, p. 97). Neste fluxo de circuito inferior são visíveis as precariedades da cidade mostrando como os povos locais e os “vientes” impõem sua ordem no espaço, por exemplo ao montarem os seus negócios nos passeios da cidade<sup>6</sup> ou em barracas em frente das residências. Do mesmo modo, os estrangeiros, principalmente nigerianos e burundeses, colocam contentores na

berma do passeio para servir de loja onde vendem peças de veículos e outros produtos, muitos deles de origem e qualidade duvidosa.

Contrariamente, encontramos o outro lado, o do circuito superior da economia urbana, o circuito do capitalismo internacional, que é caracterizado pelo dinamismo do grande capital, constituído por “negócios bancários, comércio de exportação e indústrias de exportação, indústria moderna urbana, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte” (SANTOS, 2012, p. 97). Daí que esta pesquisa procura captar a espacialidade dessas desigualdades, como mostram as Figuras 6 (Circuito Inferior da Economia) e 7 (Circuito Superior da Economia), assim como a geograficidade de redes de articulação.



Figura 6 – Mercado informal no subúrbio.



Figura 7 – Posto de Abastecimento de Combustível.

Na decorrência da modernização contemporânea, nos países em desenvolvimento, como Moçambique, surgem dois sistemas de fluxos de satisfação das necessidades: dos que têm acesso permanente de bens e serviços e dos que não podem se satisfazer delas. Deste modo, o sistema de fluxos afasta a maioria dos sujeitos para o circuito inferior da economia, na medida em que a indústria é “cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de emprego” (Ibid., p. 95). Pior do que isso, em Moçambique, onde a indústria era e é incipiente, baseada no processamento primário para a produção de matéria-prima. Daí que muitos dos sujeitos encontram no comércio informal o lugar para obter renda para a sua subsistência. Alternativamente, uma parte considerável da população emprega-se em setores com salários baixos e dependendo de trabalho ocasional ou sazonal, em contraposição, muito poucos integram-se em empregos com salários altos, por falta de qualificação técnica.

Neste contexto, analisamos o tipo de demanda trazido pelo setor informal na economia da cidade não como desvio em relação ao padrão, mas sim como resposta que as comunidades locais dão, ou até como uma forma específica e local da dinâmica de vida interna da cidade. Consideramos assim porque o setor informal surge como trabalho barato e ao mesmo tempo como atividade que fornece produtos a preços mais baixos que as famílias de baixa renda podem pagar.

Portanto, evidenciamos que a dinâmica interna da cidade é tratada como um ciclo, como interatividade da vida urbana, como espaço em rede. Assim, procuramos mostrar a relação que se estabelece entre os dois circuitos da economia urbana como um processo de complementaridade, de concorrência e de subordinação de um sobre o outro, evidenciando as suas precariedades. Analisamos dessa forma pelo fato de as pessoas que vendem na rua ou em feiras, por exemplo, alguns exercerem essa atividade não por conta própria, mas como empregados indiretos do setor formal, uma estratégia de fuga ao fisco.

De igual modo, existem os informais que trazem produtos, muita das vezes do Malawi ou de outros países, contra todos os riscos, no intuito de contornar a fiscalização aduaneira, que depois são vendidos, quer aos formais, quer aos informais. Assim, o estudo pretende demonstrar que o informal não é apenas uma adição à economia formal, nem uma adição de corpos estranhos, mas sim uma dinâmica interna da geograficidade da cidade de Mocuba. Em suma, o estudo pretende introduzir uma reflexão sobre as conexões de espaços relativamente marginais que não tem sido prestada muita atenção, o que no nosso entender constitui acréscimo à Geografia Urbana.

Portanto, a pesquisa mostra a geograficidade desses processos de vida na cidade de Mocuba. Deste modo, um devir de novas territorialidades ocorre, assim, na cidade de Mocuba, olhando para o tipo de construções de habitação e lojas, das vias de acesso, da culinária, da indumentária, de danças e de ensinamentos da vida inclusiva e formas de solidariedade desses todos atores, que reinventam suas identidades territoriais em intercâmbios político-culturais bastante expressivos. A contribuição teórica da pesquisa reside no fato de procurar demonstrar a geograficidade do caráter interativo entre as várias formalidades (ordens, saberes) que interferem na produção do espaço urbano na cidade de Mocuba, nomeadamente as ditadas pela expansão mercantil e a das comunidades locais, com as respectivas desigualdades espaciais.

## Dimensão Cultural no Urbano e Estruturação dos Espaços

Existem evidências bastante para considerar a relação estreita entre a cultura e o urbano. Aportes sobre essa matéria foram devidamente referidos por vários estudiosos, entre os quais se pode citar Meining (1979), Berdoulay (1982) Cosgrove (1984, 2000 e 2003), Amarildo, Rosnick e Wolff (1988), Jackson (1989), Geertz (1989 e 2004), Duncan (1990), Oliver (1996), Ley (1996), Williams (1997), Wheeler (1998 e 2002), Oliveira (2000), Guaraschi (2000), Corrêa (2003).

Consideramos pertinente a abordagem de Corrêa (2014, p. 175) quando se refere ao fato de que a cidade, a rede urbana e o processo de urbanização se constituem em expressões e condições culturais. Tanto é assim que quando olhamos para a cidade de Mocuba na atualidade, uma cidade média do interior de Moçambique, notamos as diferenças que apresenta em relação à mesma cidade no período colonial. Hoje vivem nela, tanto no centro como na periferia, sujeitos de várias origens (oriundos do rural, de pequenas cidades, do estrangeiro, ricos e pobres, funcionários públicos e privados, dirigentes e dirigidos). Contrariamente, no período colonial a centralidade era marcada pela posição social e de poder que os indivíduos ostentavam. Tanto era assim que no centro da cidade ou “cidade cimento” (ARAÚJO, 2003) viviam os representantes do poder, os indivíduos de maior posse, a população branca e os demais habitavam o subúrbio.

Vários outros exemplos podem ser apresentados, mas para os propósitos deste estudo vamos-nos cingir a alguns que nos parecem ser os mais elucidativos, os quais se referem à relação entre a cultura e o urbanismo considerando a influência da esfera política e da esfera econômica. De fato, na cidade de Mocuba, como se referiu Corrêa (2015, p. 2), a cultura manifesta-se tanto na esfera da política como do econômico em sua dimensão espacial. As relações entre cultura, política e economia podem ser vistas por meio de “formas simbólicas, representações materiais ou não, criadas com base nas conexões entre significados e as diversas formas de linguagem” (Ibid., 2015, p. 3, apud HALL, 1997). Do mesmo modo, “os significados contidos nas formas simbólicas fornecem sentido às diferentes esferas da vida” (Ibid., apud CASSIRER, 2001/1923).

Quando nos referimos às formas simbólicas para um trabalho de Geografia estamos dizendo que elas só se tornam formas simbólicas espaciais quando estiverem ligadas ao espaço, criando influência neste e se forem influenciadas por ele.

Olhando para os lugares da cidade de Mocuba é evidente visualizar “localizações e mobilidade, que ora são fixas (monumentos, memoriais), ou móveis, como as procissões, as paradas militares, as marchas de protesto” (CORRÊA, 2011, 2012). Para o caso de localizações fixas encontramos a Estação dos Caminhos de Ferro (CFM), a Igreja Nossa Senhora de Livramento, a Escola Serpa Pinto, hoje Escola Primária Completa Eduardo Mondlane, o Colégio Amor de Deus, hoje Escola Secundária, a Mesquita Central, entre outras.

Portanto, as localizações e mobilidades móveis podem ser marchas de repúdio, de apoio a qualquer acontecimento ou decisão tomada pelo poder ou até gincanas de carros (*drifts*), desfile de carnaval, entre outras. Neste caso, elas passam pela estrada principal que divide a cidade e terminam na Igreja Rainha Santa Isabel ou na rotunda em frente do Edifício do Governo Distrital, lugares de densidade simbólica, que ora são retóricos ora são vernaculares (BOYER, 1994, p. 321).

No entanto, a esfera econômica joga a sua influência na produção do espaço, na medida em que hoje Mocuba joga um papel de destaque no fluxo de transporte e tem maior peso na economia da província da Zambézia do que a cidade de Quelimane, capital Provincial. Até aos finais do século XX o transporte marítimo e o respectivo porto possuíam maior peso no setor de transportes, mas estão perdendo lugar, já que estão cedendo ao transporte rodoviário, no decurso da desativação da linha férrea. Dados obtidos junto da Direção Provincial dos Transportes e Comunicações da Zambézia (DPTCZ) indicam que até meados da última década do século XX os navios que escalaram o porto de Quelimane manusearam pouco mais de 16 mil ton\*porto de carga diversa, contra 16,4 milhões de ton\*km de carga manuseada pelo transporte rodoviário. Já na virada do século o porto manuseou 141,5 mil ton\*porto, contra 45,8 milhões de ton\*km do transporte rodoviário. Enquanto em 2014 o porto manuseou 203 mil ton\*km, contra 18 milhões de ton\*km de carga manuseada pelo transporte rodoviário. Portanto, passados pouco mais de três décadas a situação de carga manuseada favorece ao transporte rodoviário, que supera em grande medida o manuseamento de carga portuária. Este fato pode ser visto como uma anomalia ao sistema econômico, mas deriva do papel estratégico e posição regional que Mocuba joga.

Do mesmo modo, em Mocuba se identifica a sua língua, que no dizer de Corrêa (2007, p. 14), “é o mais importante meio para expressar a identidade”, uma vez que por meio dela são criados conceitos e significados, estabelecendo-se diferenças entre distintos grupos (GADE, 2003). Do mesmo modo, a língua expressa a cultura de um povo, expressa a forma de ser e estar, de lidar com as coisas, de ordenar essas coisas no espaço, de erguer as suas construções, ou seja, é a marca e matriz identitária. Por outras palavras como se referiu Corrêa (2007, p. 15), a língua exibe “uma espacialidade manifesta nos territórios linguísticos, seja por meio da fala e da grafia, seja por meio da toponímia”. A espacialidade manifesta nos territórios por meio de toponímia que adquire um explícito sentido político quando esse território é objeto de disputa entre grupos, quando é conquistado ou quando submetido a profundas transformações políticas (Ibid., 2007). Como exemplo, podemos citar o monte lero (lugar de peregrinação)<sup>7</sup>, a praia Beira no rio Licungo, bairro Samora Machel (em homenagem ao primeiro presidente de Moçambique independente), bairro Tomba d’água (onde se localiza o depósito elevado que fornece água à cidade), Igreja Rainha Santa Isabel (padroeira da cidade), pensão Cruzeiro (local de hospedagem de pessoas que vinham das vilas de Lugela, Namarrói, Erego, Gurué, Milange e Maganja da Costa ou de outras cidades de Norte, Centro e Sul de Moçambique, que passavam por Mocuba). Alguns desses nomes (bairro Samora Machel, Josina Machel, 25 de Setembro e 3 de Fevereiro) são resultado de mudanças na natureza política do país que gerou políticas de (re)significação das formas simbólicas espaciais até então existentes. Nesses casos a toponímia pode ser vista como articulação entre língua, poder territorial e identidade (AZARYAHU; GOLAN, 2001), que se impôs sobre a identidade dos povos locais. Porque no dizer de Geertz (1989, citado por CORRÊA, 2007), a toponímia é caracterizada, em muitos casos, como “parte de política cultural ou de política de significados”, que para o caso em apreço não considerou a identidade cultural do indígena, dos povos locais e muito menos dos residentes desses locais. Para mais aporte sobre a temática da toponímia, veja as

proposições críticas elaboradas por Geertz (1989), Gade (2003), Corrêa (2004 e 2015) Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010).

Para melhor entender a língua da cidade é necessário decifrar o seu texto (BARROS, 2011) onde o seu leitor privilegiado é o habitante (ou o visitante) que caminha nela. Esse sujeito percorre a cidade seja nas suas atividades cotidianas para o caso do habitante já estabelecido, seja nas atividades excepcionais, para o caso dos turistas e também do habitante que se desloca para um espaço que lhe é pouco habitual no interior de sua própria cidade. Além disso, quando caminha, se prestar atenção, vai assimilando a paisagem urbana e pode sintonizar com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou um livro. Esse fato é claramente descrito por Barthes (2001, p. 224) quando afirma que “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, fala a seus visitantes”, da mesma forma que um leitor percebe a fala de um texto, de um livro. E mais, como os sociólogos analisam a dinâmica interna de uma cidade ao afirmarem que ela

[...] fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade por meio dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço. Sua paisagem fala de sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no seu interior se produzem; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. Cada um desses índices remete às letras de um alfabeto que pode ser pacientemente decifrado pelos sociólogos, pelos historiadores, pelos urbanistas. A cidade, sem dúvida, pode ser “lida”. (Ibid., p. 224)

Contudo, para os geógrafos a cidade possui várias metáforas com sua própria espacialidade, uma vez que essas inscrições ocorrem em vários lugares e cada um com a sua especificidade que a diferencia da de outros lugares. Daí que cabe ao geógrafo interpretar e representar a espacialidade desses vivenciares.

Portanto, para os saberes locais há fatos e evidências que a diferenciam do saber ocidental, dito moderno e científico. Dentre muitos outros exemplos que podem ser referenciados pode-se citar o das relações pessoais informais nas comunidades que se estabelecem entre os vizinhos e colegas de trabalho (no mercado ou barraca). Essas relações acabam se constituindo como blocos de coesão das mais elaboradas ordens sociais e enriquece a vida diária dos membros de uma comunidade (IKEDA, 2004 op. cit. MURRAY, 1988). O caso mais elucidativo é o que Jacobson (1961, p. 35) designou de “olhos na cidade”, como a tomada de atenção dos habitantes sobre o que está a acontecer na comunidade, ou o que sucede no bairro onde vizinhos, a partir das suas janelas, dão uma mirada para controlar as crianças dos outros. Tem sido comum os vizinhos acompanharem as crianças a brincar ou a jogar, para que nada de mal lhes aconteça. O mesmo se pode dizer sobre o “conhecimento local”, que consiste em conhecer como ter



as coisas feitas e como reforçar a segurança em espaços públicos. Isto reforça a expectativa de segurança entre os vizinhos, porque os moradores esperam que qualquer vizinho ou mesmo uma pessoa estranha possa ajudar a preservar as normas de convivência da comunidade. Para que se estabeleçam as relações pessoais informais nas comunidades as construções das moradias ficam próximas umas das outras, como forma de facilitar a mirada dos vizinhos ou mesmo de convivência. No entanto, isso contrasta ou contradiz com os procedimentos de loteamento, mesmo os instituídos pelo município.

Um outro exemplo é o que mostra a relação entre cultura e esfera econômica da vida de Mocuba com o vulgo “chitiqui”,<sup>8</sup> uma forma de economia puramente rural. O “chitiqui” está se generalizando nas zonas urbanas como forma de microcrédito e poupança, onde é usado para financiar a construção de habitação das pessoas de baixa renda ou para iniciar atividades econômicas, comércio, etc.

Estes fatos diferem, em forma e conteúdo, do que acontece na cidade “moderna” de hoje, que se desenvolve em malha quadriculada, com ruas e avenidas largas para permitir a circulação de automóveis. Do mesmo modo, vão surgindo a partir de 1990 bens e serviços simbólicos, nos entretenimentos, na alimentação, na educação e nos objetos domésticos, os quais adquirem novos significados ou convergem poderosas corporações (CORRÊA, 2015, p. 9). No caso da cidade de Mocuba essa influência ainda é incipiente, mas espera-se que muito rapidamente venha convergir quando estiverem sendo instalados os megaprojetos no âmbito da zona econômica especial. Contudo, é visível o surgimento de instituições financeiras tais como Millenium Bim, Banco Comercial e de Investimento (BCI), com capitais portugueses, o Barckley Bank, Standard Bank, com capitais britânicos, as gasoleiras PETROMOC (nacional) e PUMA. Estão ainda sendo instalados supermercados para a venda de produtos alimentares e de uso corrente tais como Casa de Frutas (de um sul-africano de origem portuguesa), de *Fast Food* (de cidadãos somalis e burundeses) que surgem em quase todas as grandes paragens de transporte rodoviário e de empresas de transportes (Nagy Investimentos e Maning Nice). Algumas lojas representam marcas de corporações tais como SAMSUNG, BAYER, SONY, HP, SUPER GENERAL, SHITIANG, CONSTRUA, NEUCE, entre outras.

Paralelamente estão sendo erguidos condomínios ou loteamentos fechados (VENUS), que por alegadas razões de segurança instalam dispositivos de segurança, constituídos por guardas armados e com câmaras de vigia. Esses loteamentos, por serem fechados, marcam nitidamente os dois circuitos de economia e suas desigualdades. Em outras palavras, separa o circuito da riqueza, dos que têm acesso permanente a serviços e bens, do bem-estar social e do outro lado o circuito da pobreza, do informal, daqueles que não podem se satisfazer das suas necessidades, da busca constante do bem-estar.

Um olhar cruzado desses dois cenários, no dizer do líder comunitário Afonso Namagale (2015) constata que quando alguém sai das zonas rurais as casas quase que não têm porta, quando muito apenas é colocado algo que veda os lugares íntimos. Quando se avança para o subúrbio elas já dispõem de porta, mas quando vamos para a periferia das cidades, aí tanto as portas como as janelas possuem grades metálicas. Porquanto no centro da cidade as casas são guarnecidas por forças de segurança, com câmaras, algumas das quais conectadas a sistemas de controle central.

## Escalas Espaciais, Tempo e Espaço

Para os propósitos deste artigo, consideramos cinco níveis de escalas espaciais que influenciam a ocupação do espaço. O primeiro tem a ver com a **escala local**, como resultado da interação entre a sociedade e a natureza, o qual se distingue dois sub-níveis: os elementos naturais e os elementos socioculturais.

Para o caso do município de Mocuba muitos fatores naturais contribuíram para o processo de urbanização. A morfologia do terreno favoreceu a instalação da urbe num planalto, próximo da confluência de dois rios (Licungo e Lugela), com solos férteis, clima tropical úmido e presença de uma rica biodiversidade, etc. Daí que a interação desses fatores favoreceu o processo de urbanização e cria suas influências. Por exemplo, os fatores naturais (rio, planalto, floresta, etc.) podem constituir oportunidades para o desenvolvimento econômico e social (continuidade), mas também podem ser um obstáculo a esse desenvolvimento (descontinuidade). Em outras palavras, um rio (rio Licungo) criou descontinuidade para o crescimento da cidade de Mocuba, mas a construção da ponte veio superar essa limitação, pois abriu espaço para a continuidade da área urbana. No entanto, as enxurradas registradas em janeiro deste ano (2015) fizeram com que a fúria das águas do Licungo inundasse as duas margens, tendo destruído infraestruturas sociais, várias centenas de hectares de machambas da população e desalojado várias centenas de pessoas das suas casas.

Este rompimento criou descontinuidade não só para as duas margens do rio, mas afetou o tráfego rodoviário nacional, interrompendo a ligação do centro ao norte do país e vice-versa. A interrupção verificada levou mais de um mês para a sua reposição, fato que obrigou a mobilizar cinco embarcações para baldear pessoas e bens de uma margem a outra.

Outro exemplo a considerar é o rio Lugela, outra descontinuidade, pois dificultou o estabelecimento de relações com o distrito do mesmo nome e mesmo com o de Namarói, para colocar os seus produtos agrícolas no porto seco de Mocuba e deste ao mercado provincial, quando a ponte desabou em 2000.

De igual modo, a sociedade possui sua cultura, a cultura local, resultado da dinâmica interna da própria sociedade que foi acumulando seus conhecimentos ao longo das gerações. Essa cultura local pode constituir descontinuidade ao desenvolvimento da própria cidade, e também serve de alavanca (continuidade) para o desenvolvimento. A questão é detectar até que ponto a cultura local, cultura de um povo, pode constituir barreira ou pode ser força motriz do desenvolvimento. A cultura pode criar descontinuidade ao desenvolvimento quando os sujeitos sociais resistem às ordens que lhes são estranhas ou mesmo com as formas de planeamento urbano impostas pelo estado (município) e pelo capital, por considerar “estranhas” a sua forma de ocupar o espaço. Do mesmo modo a cultura dos sujeitos pode facilitar (continuidade) o desenvolvimento ao aplicarem a sua capacidade e conhecimento local para incorporá-los nos sistemas de produção, da economia em prol do bem-estar das pessoas.

O segundo, corresponde ao **nível provincial**, uma vez que a cidade de Mocuba constitui um porto seco, que recebe produtos tanto de Mocuba como dos distritos vizinhos, aqueles sob sua influência territorial, e os coloca na economia provincial. Esses produtos são transportados para o porto de Quelimane, antes por via férrea e atualmente

por via terrestre (devido à desativação da linha férrea) e são depois encaminhados para as diversas partes de Moçambique. Do mesmo modo, os produtos agrários, principalmente os cereais (milho), algodão e tabaco são comercializados em Nampula. Aqui já estamos na **escala nacional**.

No entanto, de Mocuba saem muitos produtos para outros países, visto que da cidade são transportadas muitas quantidades de milho para o Malawi, no contexto da **integração regional**. Contudo, há que considerar o caráter relativo da proximidade, visto que Mocuba interage com povos oriundos de países longínquos. Isto comprova a influência externa sobre o espaço de Mocuba, já que, apesar da interação com pessoas oriundas de países mais próximos como Malawi, Zâmbia e Tanzânia, as evidências permitem verificar que o local atrai agentes econômicos e cidadãos de países e regiões mais distantes, tais como Burundi, Somália, Nigéria.

O quinto nível/escala é o global, da **globalização**, que é a mais difusa e complexa, uma vez que atua sobre as outras, quer de forma direta, quer indireta, visto que sai fundamentalmente madeira e algodão para os países asiáticos. De igual modo, no âmbito global vemos paquistaneses, envolvidos na comercialização da castanha-de-caju, gergelim e feijão bóer. Mas também frequentam o local chineses e outros cidadãos de países do extremo oriente para a comercialização, principalmente, da madeira.

Assim, todos esses fatores interagem entre si para criar a sociodiversidade na urbanização em Mocuba, mas também essa sociodiversidade possui manifestações específicas que é necessário desvendar para teorizar a sua espacialidade.

Há espaços onde predominam fatores locais, mas há espaços que revelam mais as funções nacionais trazidas pela independência, com a política de unidade nacional. Há outros espaços que mostram evidências da função regional e outros ainda como reflexo da globalização, que possuem seus agentes, tanto locais, provinciais, nacionais e até regionais. Todas essas funções acabam funcionando em rede e fluxos complexos de relações.

Qualquer influência no espaço ocorre num determinado tempo. É sabido que o local é secular, é resultado da acumulação de conhecimentos e experiência de vida das comunidades locais, experiência essa que é transmitida de geração em geração pela tradição oral (HISSA, 2007, p. 7). O lugar tem comportamentos básicos e típicos que são ímpares em determinados espaços e não em outros. Considerando que o povo local do corte temático em análise se situa na área de sociedade matrilinear, são os homens que vão fixar residência no espaço da família da mulher. Assim, o espaço é da pertença da mulher, é ela que detém o poderio econômico, mesmo que tal poder seja exercido por um homem, esse homem não é o marido, mas sim o tio. Então a ocupação do espaço é influenciada pela cultura instituída na comunidade.

No entanto, com a expansão da produção mercantil, a influência da cultura foi enfraquecida, passando a pesar ou mesmo a determinar as formas ditadas pelo capital, pela mercantilização do espaço. Desse modo, ocorreu a (des)territorialização dos povos locais. É por isso que se formou, de um lado a zona urbanizada,<sup>9</sup> onde se encontram as melhores infraestruturas e os serviços, que era habitada pelos detentores de poder (o estado) e os “novos proprietários de terras”, resultante de um movimento intenso de expropriação. Do outro instalou-se o subúrbio que rodeia a primeira, onde vivem os

servidores do capital, os destituídos de infraestruturas e serviços. É aqui onde moram os legítimos “donos de terras”, mas também onde são visíveis as precariedades.

A Independência Nacional (25 de em Junho de 1975) começou a criar influência no espaço. Houve saída dos colonos e as suas casas, incluindo as de aluguel, foram nacionalizadas,<sup>10</sup> passando a ser habitadas pelos moçambicanos que viviam antes no subúrbio. Deste modo criou novas territorialidades no espaço. Foi a independência que veio trazer de volta os sujeitos empurrados para a periferia, fato que produz a (re)territorialização, mas ao mesmo tempo criou novos conflitos, pois que o sistema socialista introduzido não permitiu a retomada das terras expropriadas. Assim essa nova ordem, do poder de Estado que determina que a terra é propriedade do Estado, veio criar novas espacialidades, mas ao mesmo tempo novos conflitos (conflitos entre os “donos de terras”, que julgavam reaver as terras expropriadas pelo capital, e o Estado que define a terra como propriedade do Estado). Do mesmo modo, procurou eliminar a propriedade privada, o que impossibilitou investimentos privados na imobiliária. Sendo assim, assistiu-se a uma estagnação total do parque imobiliário, visto que as únicas construções realizadas foram efetivadas por empresas estatais, caso é o Complexo Têxtil de Mocuba. Essa empresa, para além da fábrica e escritórios, construiu dois bairros constituído por casas, um para gestores e técnicos, o outro para operários.

Pouco menos de duas décadas após a independência, agudizou-se o conflito entre a propriedade coletiva dos meios de produção e a propriedade privada, que culminou com a guerra de desestabilização. Os efeitos dessa guerra tiveram mais influência nos bairros Samora Machel, Macuvine, Aeroporto e Muanaco, por ser a zona que foi sendo afetada, e também a zona de recepção de novos migrantes que chegavam à cidade de Mocuba. Este processo veio agravar a situação da ocupação do espaço, já que trouxe nova desterritorialização das comunidades que sofriam diretamente os efeitos da guerra, assim como trouxe novos atores de produção do espaço. Criou também a ruralização da cidade (ARAÚJO, 2002; BAIA, 2004), fenômeno que veio evoluindo até alcançar a privatização de espaços públicos. Assim, a cidade coabita com várias ordens de produção do espaço urbano: a ordem das comunidades locais, a ordem do Estado/Município e a ordem do capital.

A municipalização, que ocorreu em 2004, está influenciando a ocupação do espaço na medida em que quer impor a nova ordem instituindo a requalificação urbana dos subúrbios, através do parcelamento do solo urbano. Este fenômeno está criando uma nova (des)territorialização, na medida em que vai empurrando os sujeitos de menor posse para as zonas de expansão que não possuem as condições que haviam na cidade, mesmo no subúrbio.

Além disso, começam a surgir novos problemas na cidade, uma vez que vão sendo cada vez mais visíveis as desigualdades, não só entre os sujeitos, mas também entre os vários lugares na cidade, portanto vão surgindo novas espacialidades, algumas das quais evidenciam precariedades acentuadas ou mesmo constituem focos de violência e criminalidade.

Portanto, esta forma de ocupação do espaço procurou responder à questão da integração do paradigma da diversidade e inclusão sem descriminar e excluir os vários atores, bem como os papéis que a cidade de Mocuba desempenha, na qualidade de cidade média, perante os novos problemas urbanos e novas perspectivas de desenvolvimento.

## Considerações Finais

Como se pode depreender, a urbanização em Mocuba resulta da dinâmica de relações que foram surgindo na interação sociedade e natureza, que fez emergir novas relações, relações entre os vários atores ou sujeitos, entre os atores com o espaço e relações a várias escalas.

Os atores de produção do espaço em Mocuba são o Estado, que impõe o poder, através da imposição de leis; o capital privado, que sob as várias formas vai se afirmando como proprietário dos meios de produção, incluindo a terra, obtida sob forma de expropriação, em colaboração com o Estado, mas que foi combatida nos primeiros anos da independência; e os sujeitos sociais que foram expropriadas as suas terras, sujeitos a exploração da sua força braçal ((des)territorialização) e enfrentaram processos de urbanização. Contudo, os sujeitos sociais respondem de várias formas a essas imposições, mas crescentemente urbanizados. Para tal, tiveram que romper com o seu modo de vida, a sua cultura, para enfrentarem a urbanidade e se comportar como estipulado pela ordem instituída.

A urbanização em Mocuba foi analisada em diferentes escalas: a local, prestando atenção aos fatores que a influenciaram (natureza e cultura), a escala nacional, como Mocuba participa na dinâmica nacional; a escala regional, olhando para a participação de Mocuba na integração regional da África Austral; e a escala global, prestando a atenção na participação de Mocuba na aldeia global, centrando-se nos aspetos de fluxos e rede do capital internacional. De igual modo, a reflexão da urbanização foi abordada na vertente tempo, a passagem histórica partindo do período anterior a expansão mercantil, no período de dominação colonial, período da independência e atualmente com a municipalização.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. G. *Geografia dos povoamentos: Assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo: UEM, 1997.

\_\_\_\_\_. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos? *Geografia: Revista da Faculdade de Letras e Geografia*, Porto, I Série, Vol. XVII-XVIII, 2002.

\_\_\_\_\_. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUP: espaços e tempos*, n. 14, p. 164-182, São Paulo, 2003.

BAIA, A. H. M. *Ruralidades na cidade de Nampula: exercício teórico para crítica à cidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

BARROS, J. D'A. A cidade como forma específica de organização social e suas imagens nas Ciências Sociais. *Cadernos de Arquitectura e Urbanismo*, v. 18, n. 22, 2011.

CARLOS, A. F. A. *A condição do espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão, in: *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*, 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Org). *Introdução a geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *Formas simbólicas e espaço*. Rio de Janeiro: MIMEO, Departamento de Geografia da UFRJ, Pesquisa financiada pelo CNPq. N~301.185/2007-7.

\_\_\_\_\_.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSGROVE, D. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Org). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

DUCAN, J. A Paisagem como um sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social, Universidade de Coimbra, DOI: 10.5212/TerraPlural. v.6i2.0001 *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 199-214, jul/dez, 2012.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. *Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito, numa perspectiva brasileiro-latino-americana*. Niterói: Contexto; Campinas, EdUF, 2007.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20-26 de Março, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2005.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*, 2. ed., Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HISSA, C. E. V.; MELO, A. F. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, C. E. V. (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.



KAMPEL, S. A. *Análise espacial para processos geográficos: urbanização da amazônia brasileira, exame de qualificação*. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Transportes, 2011.

LEY, D. Urban Geography and Cultural Studies. *Urban Geography*. 1996. 17 (6): 475-477.

LEVEFBRE, H. *A revolução urbana*, Tradução de Sérgio Martins, 3. reimp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, J. C. M., *Plano de estrutura urbana de Mocuba*. Madrid: Universidade Politécnica de Madrid, CEPADE, 2010.

MAIOLINO, A. L. G. *Espaço urbano: conflitos e subjectividade*. Rio de Janeiro: MAUAD, FAPERJ, Manual X, 2008.

MEINING, D. Symbolic Landscape: Some Idealization of American Communities. In: *The Interpretation of Ordinary Landscape*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MOREIRA, R. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MOSSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, 3. ed., tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

OWUOR, S. O.; MBATIA, T. *Nairobi, Capital Cities In Africa – Power and Powerlessness*. Nairobi, Chapter 8, p. 120-140, 2013.

OLIVEIRA G. O.; BUENO L. M. M. *Assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis*. São Paulo: Arquitextos, v. 16, n. 114, 2009.

\_\_\_\_\_. *Assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis: políticas públicas e recuperação urbana e ambiental em Campinas*. Campinas: PUC, 2009.

PIDNER, F. S. *Diálogos entre ciências e saberes locais: dificuldades e perspectivas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

PIRES, E. L. S. Mutações económicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O.; SPÓSITO, E. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, M. *A natureza e o espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *A produção do espaço*, 4. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*, 1. ed., 2. imp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 93-113, 2012.

SENE, E. *Globalização e espaço geográfico*, 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, p. 174, 2007.

SILVA, L. R. *A Natureza contraditória do espaço geográfico*, Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

SOUZA, A. L. F. A Urbanização na Amazônia Oriental: reprodução e organização diferenciada do espaço nos municípios de Abaetetuba e Barcarena. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 25-26 de maio, 2009.

TÁVORA, F. *Da organização do espaço*. 2. ed., Coleção: Textos Teóricos 1, Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P. Flávio Tayra (FSP/USP), 1982.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100: 177-212. 2013. URL: <http://rccs.revues.org/5277>; DOI: 10.4000/rccs.52772013.

## Entrevista

Afonso Maria Namagale – sobre o historial e a dinâmica de vida interna de Mocuba, 2015.

Recebido em: 17/6/2015      Aceito em: 14/10/2015

---

<sup>1</sup> *Urban sprawl* é o resultado de uma combinação da promoção de construções de vastas superautoestradas fazendo com que o automóvel seja o principal meio de transporte urbano e a criação de um mercado imobiliário (SO; GETRELS, 1980). Hanchett (2000) acrescenta como fatores que favorecem ao *urban sprawl* as iniciativas indiretas para a suburbanização, os subsídios federais para a construção dos sistemas municipais de esgotos, o relaxamento de taxas de mais-valia aos proprietários de imóveis resultantes do ganho de capitais na venda de casas.

---

<sup>2</sup> Araújo (2003) considera “cidade cimento” aquela que era habitada pela população branca, de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestruturas e serviços; em oposição, a “cidade de caniço”, negra, suburbana, horizontal, não planificada, de construção espontânea e de material precário (estacas, barro, caniço, etc.), sem infraestruturas e serviços e que se dispunha à volta da “cidade de cimento”, cercando-a. Utilizava-se, e ainda se utiliza, o nome “cidade caniço”, devido ao material mais usado na cobertura das casas que é um tipo de palha – o caniço.

<sup>3</sup> Conhecido em Moçambique como a “venda de chaves”.

<sup>4</sup> Slogan do município de Mocuba.

<sup>5</sup> Provém de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique.

<sup>6</sup> Conhecidos como boutique inclina, pois para escolher os produtos o cliente tem que inclinar-se por se encontrarem no chão/passeio ou calçada.

<sup>7</sup> Conta-se que no local teria aparecido a Nossa Senhora.

<sup>8</sup> Chitiqui é uma forma de agiotagem onde as pessoas de baixa renda fazem contribuição (mensal ou semanal) em grupo de certo valor monetário, valor esse que é repassado mensalmente a cada membro.

<sup>9</sup> A zona urbanizada inclui os bairros Central, 25 de Setembro, 3 de Fevereiro, parte dos bairros Sacras, Tomba d’água, CFM e Marmanelo.

<sup>10</sup> Passaram a ser propriedade estatal ou coletiva.